

As instituições da pobreza: uma análise da microrregião de Pitanga (PR) a partir da abordagem institucional de Douglass North

Institutions of poverty: an analysis of the microregion Pitanga (PR) from institutional approach of Douglass North

Clério Plein
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Resumo: O objetivo deste artigo é fazer uma análise das instituições que poderiam explicar a pobreza histórica verificada na Microrregião de Pitanga (PR). O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica para definir um quadro teórico-metodológico com base nas contribuições do economista institucional Douglass North e posteriormente analisar as particularidades de desenvolvimento da referida região. As principais conclusões remetem a existência de uma matriz (macro e micro) institucional que se reproduz no tempo e mantém estes municípios com baixos indicadores de desenvolvimento no decorrer da história.

Palavras-chave: Teoria Econômica; Instituições; Pobreza; Microrregião de Pitanga (PR).

Abstract: The purpose of this article is to analyze the institutions that could explain the historical poverty verified in microrregion Pitanga (PR). The method used was a literature search to define a theoretical and methodological framework based on the contributions of the institutional economist Douglass North and subsequently to analyze the peculiarities of development of this region. The main conclusions suggest the existence of a matrix (macro and micro) that reproduces the institutional time and maintains these municipalities with low development indicators throughout history.

Key Words: Economic Theory; Institutions; Poverty; Microrregion Pitanga (PR).

JEL: O1, R1, Q13

Introdução

[...] na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho.

(MARTINS, 1994, p. 30).

Uma das obras mais relevantes para compreender as particularidades do desenvolvimento brasileiro (suas características, seus limites e suas possibilidades) é o livro “O poder do atraso” (MARTINS, 1994) do renomado sociólogo José de Souza Martins, do qual deriva a epígrafe acima. Em sua obra mais recente, “A política do Brasil lumpen e místico”, Martins (2011) retoma a obra anterior, atualiza e amplia a discussão, porém, mantém a argumentação de que o poder da tradição dificulta as mudanças no país, a combinação do moderno e do tradicional freia o desenvolvimento social e político e está se renovando a cada momento, tornando o Brasil vítima de um atraso político e econômico.

Entende-se que aquilo que Martins (1994; 2011) denominou de “o poder da tradição” são as instituições à que se refere o economista institucional Douglass North no texto “*Economic performance through time*” (NORTH, 1994). Entende-se que este é um elo para o aporte teórico deste artigo, ou seja, o desenvolvimento é resultado das instituições e da sua evolução que é dependente de uma trajetória

histórica.

O objetivo deste artigo é compreender as particularidades de desenvolvimento de uma das regiões mais pobres do Estado do Paraná à luz da Teoria Econômica das Instituições. Pretende-se analisar as instituições que dificultam o processo histórico de desenvolvimento da Microrregião de Pitanga (PR). Metodologicamente, utiliza-se revisão bibliográfica, dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dados empíricos obtidos mediante entrevista com atores chave¹ durante a elaboração da tese de doutorado (PLEIN, 2012).

Para dar conta da problemática proposta, o texto está estruturado em duas partes. Na primeira apresenta-se uma revisão de literatura da abordagem institucional de Douglass North, pretendendo-se esboçar um quadro analítico institucional para o desenvolvimento, ou a falta dele. A segunda parte trata da aplicação empírica desta abordagem, procurando entender porque a Microrregião de Pitanga está, historicamente, entre as mais pobres do Estado do Paraná.

2. A abordagem institucional de Douglass North

Para compreender a concepção de Douglass North será feita uma breve revisão com base em quatro obras do autor (NORTH, 1990, 1991, 1994 e 2005). Nessas obras percebe-se uma evolução teórico-metodológica do próprio autor que, por um lado, vai abandonando determinados conceitos e, por outro, incorpora e avança para outras questões. Entende-se que, no início da obra (1990 e 1991), o conceito de custos de transação teve um papel central, ao passo que, nas últimas (1994 e 2005), é a cultura, a história, a evolução e a mudança que assumem maior importância na análise de North.

Douglas North inicia o prefácio da sua obra clássica *Institutions, institutional change and economic performance* (1990), com uma expressão que pode ser considerada a marca essencial da sua teoria: “*history matters*”, ou seja, a história importa! Para o autor, o presente e o futuro estão ligados ao passado pela continuidade das instituições que moldam as nossas escolhas. Assim, incluir as instituições e a história é essencial para melhorar a teoria econômica. A obra realiza um esboço da teoria das instituições e da mudança institucional, aprofundando a compreensão da natureza das instituições políticas e econômicas e como elas mudam. O foco central é o problema da cooperação humana e procura desenvolver um quadro analítico para explicar a evolução das estruturas institucionais que conduzem ao sucesso, à estagnação ou ao declínio econômico.

North (1990, p. 03) afirma que “*institutions are the rules of the game in a society or, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interaction*”.² Assim, as instituições formam uma estrutura de incentivos na interação humana, seja ela de ordem política, social ou econômica, moldando a forma como as sociedades evoluem através do tempo. As instituições reduzem a incerteza e fornecem

¹ Na pesquisa de campo foram realizadas 83 entrevistas com atores-chave: agricultores, representantes das agroindústrias que adquirem leite e plantas medicinais, técnicos do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), associações de agricultores, cooperativas, Associação dos Municípios do Centro do Paraná (AMOCENTRO), entidades beneficiadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Organizações Não Governamentais (ONG's), e com representantes das Secretarias de Agricultura, Secretarias de Ação Social, Secretarias de Educação.

² Instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, são os constrangimentos humanamente concebidos para estruturar a interação humana.

uma estrutura de incentivos para a vida cotidiana, servindo com um guia para a interação humana, definindo e limitando o conjunto de escolhas dos indivíduos.

De acordo com North (1990), para fins de análise das instituições, é interessante considerar três dimensões: as restrições formais (regras, normas, leis e constituições), as restrições informais (convenções e códigos de comportamento) e a eficácia na forma de execução (*enforcement*). As instituições podem ser criadas de um dia para o outro, como, a promulgação de uma lei, ou elas podem evoluir ao longo do tempo.

Outra distinção fundamental elaborada por North (1990) é entre as instituições e as organizações, lembrando que ambas fornecem uma estrutura para a interação humana. O autor utiliza como metáfora um jogo em que as instituições seriam as regras e as organizações seriam os jogadores. Se o objetivo das regras é definir como o jogo é jogado, então, o objetivo da equipe nesse conjunto de regras é ganhar o jogo.

Organizations include political bodies (political parties, the Senate, a city council, a regulatory agency), economic bodies (firms, trade unions, family farms, cooperatives), social bodies (churches, clubs, athletic associations), and educational bodies (schools, universities, vocational training centers. They are groups of individuals bound by some common purpose to achieve objectives (NORTH, 1990, p. 05).³

North destaca que sua abordagem sobre o comportamento humano é complementar à abordagem da escolha racional da teoria econômica neoclássica, pois as instituições constituem uma criação dos seres humanos e elas evoluem através da ação humana; ao mesmo tempo, as instituições impõem restrições sobre as escolhas individuais (NORTH, 1990).

De acordo com North (1990), as instituições afetam o desempenho da economia pelo seu efeito sobre os custos da troca (transação) e da produção. Juntamente com a tecnologia empregada, determinam os custos da transação e transformação (produção) que compõem os custos totais. Argumenta ainda que o principal papel das instituições na sociedade é reduzir as incertezas estabelecendo uma estrutura estável (que não é necessariamente eficiente) para a interação humana. Entretanto, as instituições estão evoluindo e alterando constantemente as escolhas disponíveis para os seres humanos.

North (1990) destaca que apesar de as regras formais poderem mudar de um dia para o outro devido a decisões políticas ou judiciais, as restrições informais, que estão enraizadas (*imbeddedness*) nos costumes, nas tradições e códigos de conduta são muito mais difíceis de modificar. Tais limitações culturais não somente conectam o passado com o presente e o futuro, mas fornecem a chave para explicar o caminho da mudança histórica.

Para tentar entender a mudança histórica e os caminhos bastante divergentes (bem-estar econômico, estagnação ou declínio), North (1990) conclui que a resposta depende da diferença entre as instituições e organizações e a interação entre elas, que molda a direção da mudança institucional. As instituições, em conjunto com as

³Organizações incluem corpos políticos (partidos políticos, o Senado, o conselho da cidade, uma agência de regulação), os organismos econômicos (empresas, sindicatos, agricultores familiares, cooperativas), os órgãos sociais (igrejas, clubes, associações atléticas), e órgãos de educação (escolas, centros de formação das universidades e de formação profissional). Eles são grupos de indivíduos vinculados por um objetivo comum para alcançar os objetivos.

restrições da teoria econômica padrão, determinam as oportunidades em uma sociedade. As organizações são criadas para aproveitar essas oportunidades e, como as organizações evoluem, elas alteram as instituições. O caminho (*path*) resultante da mudança institucional é formado pelo (1) bloqueio (*lock-in*) que vem da relação simbiótica entre as instituições e as organizações que têm evoluído como uma consequência da estrutura de incentivos oferecidos pelas instituições e (2) processo de *feedback* pelo qual seres humanos percebem e reagem a mudanças no conjunto de oportunidades. Nesses termos, as instituições são uma mescla: algumas induzem ao aumento da produtividade e outras reduzem a produtividade, ou seja, a mudança institucional cria oportunidades para ambos os tipos de atividades.

No artigo de 1991 (*Institutions*), North amplia a definição sobre instituições:

Institutions are the humanly devised constraints that structure political, economic and social interaction. They consist of both informal constraints (sanctions, taboos, customs, traditions, and codes of conduct), and formal rules (constitutions, laws, property rights). Throughout history, institutions have been devised by human beings to create order and reduce uncertainty in exchange. [...] They evolve incrementally, connecting the past with the present and the future; history in consequence is largely a story of institutional evolution in which the historical performance of economies can only be understood as a part of a sequential story. Institutions provide the incentive structure of an economy; as that structure evolves, it shapes the direction of economic change towards growth, stagnation, or decline⁴ (NORTH, 1991, p. 97).

Contudo, entende-se que é a partir do texto de 1994 (*Economic performance through time*) que o autor avança significativamente. O texto trata da conferência de Douglass North ao receber o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas em 1993 e o autor apresenta um quadro analítico para compreender a mudança econômica ao longo do tempo. Desenvolve importantes reflexões teóricas sobre alguns conceitos centrais: instituições, *enforcement*, custos de transação, organizações, a racionalidade em condições de incerteza e o processo de aprendizagem, ciência cognitiva, tempo histórico e *path dependence*.

De acordo com North (1994), a teoria neoclássica, baseada no princípio de um mundo estático e sem atritos, é inadequada para analisar o desenvolvimento, pois está preocupada com o funcionamento (estático) dos mercados e não com o seu processo de desenvolvimento, que é dinâmico, histórico e evolucionário. Destaca que o princípio de racionalidade da teoria neoclássica é falso nas condições de informação incompleta e de incerteza. Além do mais, essa teoria ignorou as instituições e a história. Para o autor, as instituições formam a estrutura de incentivos de uma sociedade e são fatores determinantes do desempenho econômico. Trata-se de um ensaio sobre as instituições e o tempo, desenvolvendo um quadro analítico que mantém o pressuposto da escassez, modifica o pressuposto da racionalidade e

⁴As instituições são os constrangimentos humanamente concebidos que estruturam a interação política, econômica e social. Elas consistem em restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e regras formais (constituição, as leis, os direitos de propriedade). Ao longo da história, as instituições foram criadas por seres humanos para promover ordem e reduzir a incerteza nas trocas. [...] Elas evoluem de forma incremental, que liga o passado com o presente e o futuro. A história, em consequência, é basicamente uma história da evolução institucional na qual o desempenho histórico da economia só pode ser entendido como parte de uma história sequencial. As instituições proporcionam a estrutura de incentivos de uma economia, como essa estrutura se desenvolve, molda a direção da mudança econômica para o crescimento, estagnação ou declínio.

acrescenta a dimensão do tempo.

É no texto de 1994 que o autor apresenta uma definição mais completa de instituições, constituindo um esforço significativo de operacionalização do conceito:

Institutions are the humanly devised constraints that structure human interaction. They are made up of formal constraints (e.g., rules, laws, constitutions), informal constraints (e.g., norms of behavior, conventions, self-imposed codes of conduct), and their enforcement characteristics. Together they define the incentive structure of societies and specifically economies⁵ (NORTH, 1994, p. 360).

North (1994) retoma o conceito de custos de transação de Coase, destacando que as instituições e a tecnologia empregada determinam os custos de transação e de transformação que se somam aos custos de produção. Exemplifica com um estudo que demonstrou que, em 1970, 45% do PIB dos EUA foi dedicado ao setor de operação. Sua conclusão é que os mercados são imperfeitos, as informações são incompletas e os custos de transação elevados. Critica a ideia neoclássica de equilíbrio, pois entende que as instituições não são criadas, necessariamente, para a eficácia. Criam-se regras formais para atender aos interesses de quem possui poder.

Outro aspecto significativo do autor é em relação à distinção entre instituições e organizações, que também pode ser lido como uma tentativa de operacionalizar os conceitos numa pesquisa.

It is the interaction between institutions and organizations that shapes the institutional evolution of an economy. If institutions are the rules of the game, organizations and their entrepreneurs are the players. Organizations are made up of groups of individuals bound together by some common purpose to achieve certain objectives. Organizations include political bodies (e.g., political parties, the Senate, a city council, regulatory bodies), economic bodies (e.g., firms, trade unions, family farms, cooperatives) social bodies (e.g., churches, clubs, athletic associations), and educational bodies (e.g., schools, universities, vocational training centers)⁶ (NORTH, 1994, p. 361).

Na sua reflexão sobre o que se poderia denominar a tríade “racionalidade – incerteza – aprendizagem”, destaca que o quadro de escolha racional em condições de incerteza é falso. Lança duas perguntas centrais para compreender esse processo: como ocorre a representação subjetiva do ator diante do problema da tomada de decisão?; como ocorre a aprendizagem humana? Busca respostas na chamada ciência cognitiva para compreender o processo de tomada de decisão na incerteza. Destaca que as experiências do ambiente físico e sociocultural são essenciais na formação de

⁵As instituições são os constrangimentos humanamente concebidos que estruturam a interação humana. Elas são feitas de restrições formais (por exemplo, regras, leis constituições), restrições informais (por exemplo, normas de comportamento, convenções, códigos de conduta), e suas características de execução. Juntas, elas definem a estrutura de incentivos da economia na sociedade.

⁶É a interação entre as instituições e organizações que modela a evolução institucional de uma economia. Se as instituições são as regras do jogo, as organizações e seus empresários são os jogadores. As organizações são constituídas por grupos de indivíduos unidos por um objetivo comum para atingir certos objetivos. Organizações incluem corpos políticos (por exemplo, partidos políticos, o Senado, a Câmara Municipal, entidades reguladoras), agentes econômicos (por exemplo, empresas, sindicatos, agricultores familiares, cooperativas), corpos sociais (por exemplo, igrejas, clubes, associações atléticas), e estabelecimentos de ensino (por exemplo, escolas, universidades, centros de formação profissional).

modelos mentais que podem evoluir para um sistema de crenças estruturais e transformam-se em instituições. As crenças constituem o modelo mental (interno) e as instituições, externas ao indivíduo, estimulam ou constroem as decisões.

A história é fundamental para compreender o processo de desenvolvimento das sociedades. De acordo com North (1994), não há garantia de que as crenças e instituições, que evoluem com o tempo, vão produzir crescimento econômico. Argumenta que a maioria das sociedades, ao longo da história, está presa numa matriz institucional que não evoluiu para a troca impessoal, essencial para capturar os ganhos de produtividade que vieram da especialização e divisão de trabalho que produziu a riqueza das nações.

Para North (1994), o tempo é a soma das experiências atuais de aprendizagem e a experiência acumulada por gerações passadas incorporada à cultura. Aprender é um processo incremental filtrado pela cultura de uma sociedade. Os incentivos incorporados a sistemas de crenças e expressos em instituições determinam o desempenho econômico através do tempo, porém, a explicação econômica ao longo da história ainda é um grande enigma.

A contribuição do que North (1994) chamou de abordagem institucional-cognitiva para compreender o passado econômico pode ser expresso em três aspectos: a) é preciso considerar que existe um padrão muito desigual de desempenho econômico como, os sucessos de Holanda e Inglaterra e os fracassos de Espanha e Portugal⁷; b) é necessário entender por que as economias, uma vez no caminho do crescimento ou da estagnação, tendem a persistir (*path dependence*); c) considerar que existe uma complexa interação entre instituições, tecnologia e demografia no processo global de mudança econômica.

De forma conclusiva, North (1994) destaca algumas implicações da abordagem institucional-cognitiva para compreender a mudança econômica: a) a mistura de regras formais, normas informais e características de execução (*enforcement*) molda o desempenho econômico; b) as políticas são significativas no desempenho econômico porque definem e aplicam as regras econômicas; c) a chave para o crescimento a longo prazo é a adaptação (evolução das estruturas institucionais, flexibilidade para sobreviver aos choques e mudanças, longo prazo) ao invés da eficiência alocativa.

Num dos seus livros mais recentes, *Understanding the process of economic change* (NORTH, 2005), aborda o esforço incessante dos seres humanos para obter maior controle sobre suas vidas e resolver problemas. Estuda as percepções que induzem a inovação institucional destinada a reduzir a incerteza ou converter a incerteza em risco. É um estudo da constante mudança da “paisagem” humana. De acordo com North (2005), compreender as mudanças econômicas implica considerar que estas sejam resultado de modificações em três aspectos: a) na demografia

⁷ Em entrevista concedida à Revista Veja, questionado sobre por que as instituições da América Latina registram um atraso histórico, North destaca que: “Nesses países, as instituições eram frágeis demais para criar uma engrenagem positiva que empurrasse a economia. México, Brasil e Argentina sempre tiveram recursos naturais suficientes para se tornarem nações ricas. O atraso institucional deixou esses países para trás. Há uma relação direta entre as instituições existentes nas metrópoles e o tipo de desenvolvimento que as colônias tiveram nesse campo. Quando chegaram ao Novo Mundo, os europeus carregaram sua variada cultura institucional. Os países da América Latina importaram seu modelo de Portugal e da Espanha e por isso largaram em desvantagem. A Península Ibérica colecionava instituições ineficientes, que não tinham calibre nem maturidade para estimular o crescimento econômico. Já os americanos foram fortemente influenciados pela Inglaterra e, sob a carga genética das instituições inglesas, tiveram como fonte um sistema bem mais moderno” (VEJA, 2003).

(quantidade e qualidade dos seres humanos); b) no estoque de conhecimento humano, especialmente aquele aplicado ao domínio do ser humano sobre a natureza; c) no quadro institucional que define a estrutura de incentivos de uma sociedade. Entretanto, alerta que apesar dos progressos, ainda se está longe de ter boas teorias de qualquer um dos três aspectos, muito menos dos três juntos.

Sobre o esforço deliberado dos seres humanos para controlar seu ambiente, North (2005) destaca que a estrutura que se impõe à vida para reduzir a incerteza é um acúmulo evolutivo de prescrições e artefatos, resultando numa mistura complexa de restrições formais e informais que estão *imbedded* (enraizadas) na linguagem, nos artefatos e nas crenças, definindo os padrões de interação humana. Considerando que na economia existe escassez, ocorre competição por recursos, assim, a estrutura de restrições imposta, ordena a concorrência e molda a forma como o “jogo é jogado”. A estrutura concorrencial induz ao aumento da eficiência econômica ou à estagnação. Percebe-se que é uma visão muito diferente da ideia neoclássica teleologicamente orientada para o equilíbrio e a otimalidade.

North (2005) sugere um interessante “quebra-cabeça” com base num conjunto de questões: como conhecemos a realidade?; como as crenças se formam?; como crenças e convicções individuais se agregam num sistema de crença?; como as crenças mudam?; qual é a relação entre as crenças e as instituições?; como as instituições mudam?; como as instituições afetam o desempenho?; o que explica a extensa gama de padrões de desempenho da economia e das políticas?; qual é a natureza essencial do processo de mudança econômica? De acordo com este autor, para compreender o “esqueleto” do processo de mudança econômica é necessário considerar que: a) a “realidade” de um sistema político-econômico não é conhecida por ninguém, mas os seres humanos constroem crenças sobre essa “realidade”; b) a opinião dominante, ao longo do tempo, muda as instituições que determinam o desempenho econômico e político; c) a matriz institucional resultante impõe severas restrições sobre a escolha; d) a chave para compreender o processo de mudança é a intencionalidade dos jogadores decretando a mudança institucional e sua compreensão das questões.

Para North (2005), a fonte da intencionalidade humana é o esforço “onipresente” para entender o seu ambiente e reduzir as incertezas. Portanto, o estudo do processo de mudança econômica deve começar explorando os esforços “onipresentes” do ser humano para lidar e enfrentar a incerteza num mundo de incertezas. Tal constatação traz para o autor uma preocupação pragmática com o grau em que a crença está de acordo com a “realidade”. Destaca que é necessário considerar que a realidade é mal entendida com muito mais frequência; que se deve ter consciência de quão a realidade está mudando; e, finalmente, considerar que a aceitação acrítica do pressuposto da racionalidade é devastador para as ciências sociais. Salienta que é necessário conhecer como a mente e o cérebro trabalham para entender como se constroem as explicações sobre o mundo. Mais uma vez, busca explicações na ciência cognitiva e conclui que os seres humanos tentam usar suas percepções sobre o mundo para estruturar seu meio ambiente com o objetivo de reduzir a incerteza na interação. As percepções são consequências da estrutura institucional, ou seja, uma combinação de regras formais, restrições informais e sua execução (*enforcement*).

A história é uma evolução institucional (North, 1991). As restrições institucionais acumuladas ao longo do tempo e a cultura de uma sociedade são a estrutura cumulativa de regras e normas (e crenças) herdadas do passado, que moldam o presente e influenciam o futuro (*path dependence*). A mudança

institucional pode resultar de mudanças nas regras formais, normas informais, ou a execução (*enforcement*) de qualquer um destes (NORTH, 2005).

O autor ainda faz uma distinção entre outros dois conceitos: ordem e desordem. A ordem reduz incertezas. São instituições que oferecem maior previsibilidade na interação humana. Por outro lado, a desordem aumenta a incerteza, resultando em relacionamentos instáveis nos mercados políticos e econômicos (NORTH, 2005).

Para finalizar, North (2005) pergunta-se se os seres humanos são bem sucedidos em controlar o destino? Sua resposta aponta que a história, muitas vezes, pode ser absurda. O autor argumenta que a história econômica é um conto deprimente de erro de cálculo, levando à fome, à morte pela fome, à derrota e morte na guerra, à estagnação e decadência econômica, e mesmo ao desaparecimento de civilizações inteiras. Nesses termos, sugere considerar dois aspectos da mudança econômica: i) é difícil alterar o quadro social, pois os “jogadores” possuem conhecimento imperfeito; ii) há muitos conflitos relacionados com a tentativa de superação da rigidez e crenças errôneas em sociedades que tentam fazer mudanças fundamentais. Pode-se até mudar as regras formais de um dia para o outro, porém, as informais persistem no tempo.

O que pode ser sintetizado desta revisão sobre a abordagem institucional de Douglass North e de que forma esse quadro teórico poderá servir de referência para analisar os processos de desenvolvimento? Para tentar responder essa questão analise-se a figura 01, que deve ser lida no sentido horário seguindo a numeração proposta: a) o mundo real e as relações entre os indivíduos são marcadas por um conjunto de características muito diferentes do que a concepção neoclássica acreditava: incertezas, racionalidade limitada, informações assimétricas e incompletas, mercados imperfeitos, com elevados custos de transação, conflitos e disputas por poder, comportamento oportunista e uma realidade multifacetada, orgânica e dinâmica; b) quando os economistas voltaram sua atenção para a história e, sobretudo, para as instituições, perceberam essa complexidade muito diferente dos fundamentos de equilíbrio, otimalidade e racionalidade que predomina nas análises ortodoxas do neoclassicismo. As instituições são uma forma de diminuir as incertezas nas relações sociais num mundo de incertezas. Por instituições entende-se um conjunto de regras formais (leis, constituições e normas que estão num plano macroestrutural), regras informais (hábitos, crenças, costumes, ou seja, a cultura no nível micro do indivíduo) e as características de aplicação dessas regras (*enforcement*); c) as instituições servem de informação e moldam o comportamento dos indivíduos, que, através da sua ação (intencionalidade), modificam e criam as instituições. No processo histórico, e porque não dizer dialético, de mudança (*reconstitutive downward causation*) há instituições que permanecem (causação cumulativa) e outras que se modificam (propriedades emergentes), porém, verifica-se uma dependência histórica do quadro institucional existente, ou seja, o *path dependence*; d) o desempenho econômico é resultado das instituições e da sua evolução. Esse desempenho, no entanto, é muito diferente do pressuposto teleológico de otimalidade, ou seja, o resultado pode ser tanto o crescimento e o desenvolvimento como a estagnação, o declínio ou mesmo verdadeiros “absurdos” como as guerras, as desigualdades sociais e a miséria.

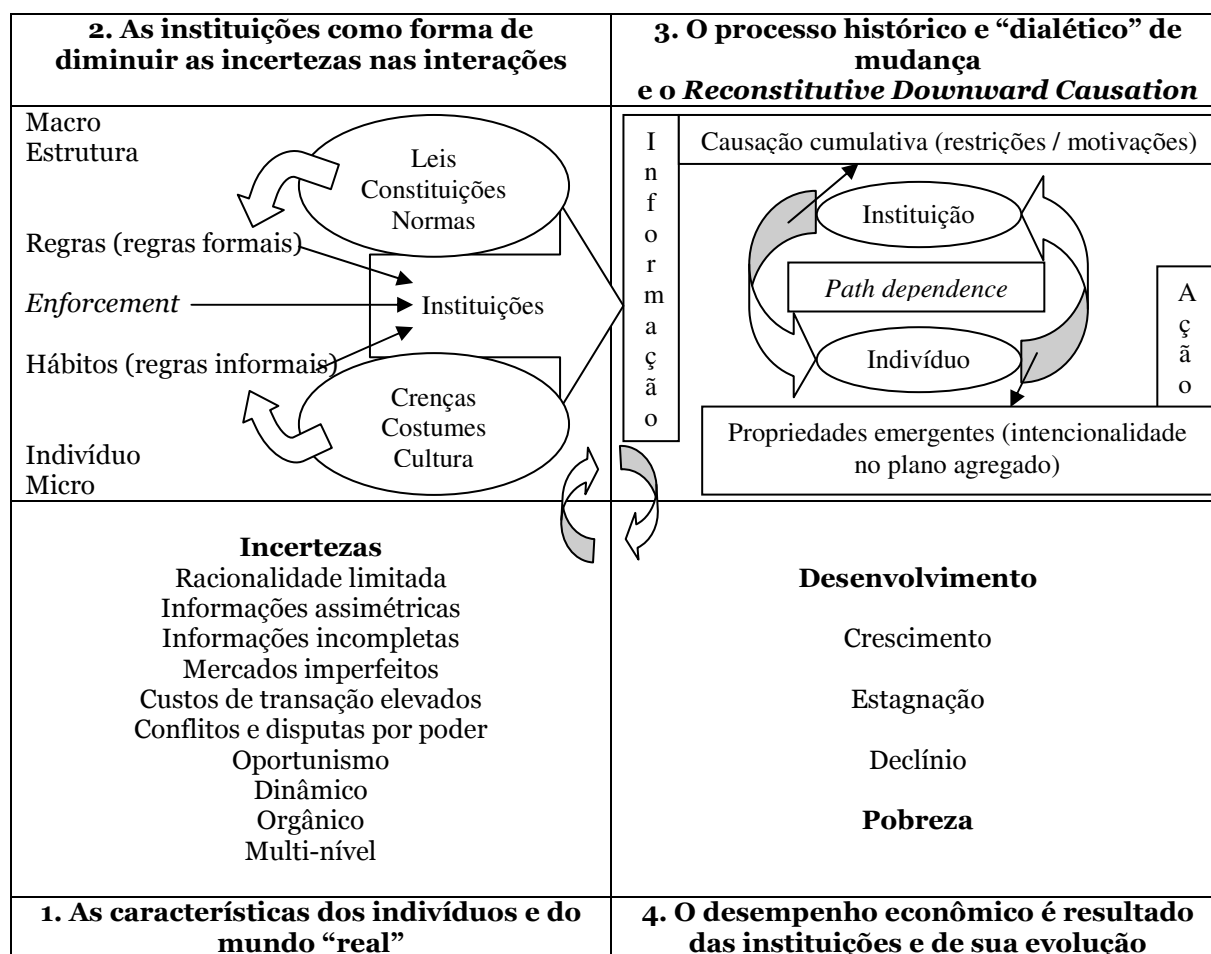


Figura 01 – Esquema analítico para uma Teoria Econômica das Instituições

Fonte: Elaboração do autor, 2012.

Conforme se alertou no início deste artigo, a leitura institucional sintetizada na figura anterior possui interlocução com as argumentações do sociólogo José de Souza Martins, conforme destacado abaixo:

Em suas conseqüências sociais adversas, o modelo de desenvolvimento econômico que se firmou no mundo contemporâneo leva simultaneamente a extremos de progresso tecnológico e de bem-estar para setores limitados da sociedade e a extremos de privação, pobreza e marginalização social para outros setores da população. Na medida em que hoje o objetivo do desenvolvimento econômico é a própria economia, podemos defini-lo como um modelo antidesenvolvimento: o desenvolvimento econômico é descaracterizado e bloqueado nos problemas sociais graves que gera, mais do que legitimado nos benefícios socialmente exíguos que cria e distribui (MARTINS, 2008, p. 13).

Percebe-se, portanto, que a leitura institucional poderá ser relevante para compreender as condições de pobreza, ou seja, de não desenvolvimento de determinadas regiões. É nesse sentido que, em seguida, apresenta-se uma proposição analítica que poderá explicar os baixos indicadores de desenvolvimento de uma das regiões mais pobres do Estado do Paraná.

3. A Microrregião de Pitanga (PR) e as instituições da pobreza

A Microrregião de Pitanga está localizada na região central do Estado do Paraná, é composta por seis municípios (Boa Ventura de São Roque, Laranjal, Mato Rico, Palmital, Pitanga e Santa Maria do Oeste) e está localizada entre alguns dos centros mais dinâmicos do estado (Ponta Grossa ao leste, Cascavel ao oeste, Guarapuava ao sul; Londrina e Maringá ao norte). Considerando o espaço limitado deste artigo, não será feita uma exposição pormenorizada para caracterizar essa região⁸, no entanto, vale destacar dois grandes aspectos. Em primeiro lugar, há **um histórico com baixos índices de desenvolvimento e muita pobreza**: a) os municípios apresentam um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sobretudo em função do indicador renda, b) a renda é baixa e concentrada; c) em 2010, 57% da população possuía renda per capita de 1/2 Salário Mínimo; d) o acesso aos serviços básicos e bens de consumo é deficitário; e) há um grande número de famílias que é atendida por programas sociais (34,6% das famílias recebeu Bolsa Família em 2010). Em segundo lugar, sua **dinâmica é essencialmente rural e de agricultura familiar**: a) um território essencialmente rural em função da baixa densidade demográfica; b) a maior parte da população vive no “perímetro” rural; c) a população pobre está concentrada no meio rural; d) a principal ocupação da População Economicamente Ativa (PEA) é na agropecuária; e) predominam estabelecimentos da agricultura familiar.

Assim, procurou-se compreender como as instituições interferem, seja através de restrições ou motivações, nos mercados acessados por agricultores familiares numa região que apresenta baixos índices de desenvolvimento. A hipótese é que existe uma matriz institucional que não estimula a produção e a produtividade dos agricultores para os mercados e esta matriz se reproduz no tempo, havendo uma dependência histórica de uma trajetória adotada, existindo uma relação direta entre estas instituições e a pobreza da região. Acredita-se que as instituições que determinam a pobreza dos mercados possuem uma relação com a pobreza do lugar. Nesse sentido, pretende-se concentrar a análise nas instituições que têm relação com os baixos índices históricos de desenvolvimento. Para tanto, dividiu-se a exposição em duas partes: na primeira será exposto um quadro macroinstitucional, focalizando a ação do Estado através de suas políticas; na segunda, o enfoque são as instituições num nível micro, ou seja, as características da Microrregião de Pitanga.

3.1 O Estado e as políticas de desenvolvimento

Num panorama macroinstitucional, entende-se que existe um conjunto de instituições construídas no decorrer da história e estas afetaram as decisões e ações do Estado que repercutiram na capacidade de desenvolvimento da Microrregião de Pitanga até a atualidade. Para utilizar as palavras de Douglass North, há uma dependência histórica de uma trajetória escolhida no passado, ou seja, o *path dependence*.

A primeira e mais antiga dessas instituições refere-se à **forma de acesso à terra** no Brasil. Essa instituição remonta ao século XV e está diretamente ligada ao processo colonial e à forma como ocorreu a distribuição de terras no país. Desde

⁸ Para uma caracterização detalhada da Microrregião de Pitanga, ver o capítulo 3 da tese de doutorado de Plein (2012).

“antes do descobrimento” é uma terra que tem dono (Portugal) passando pelas capitânicas hereditárias e sesmarias, cuja forma de acesso à terra era baseada em relações de favorecimento por parte da coroa portuguesa com “alguns escolhidos”. A Lei de Terras, de 1850, dificulta ainda mais o acesso à terra por parte daqueles que já “não possuem nada”. Trata-se de uma política agrária excludente e que beneficiou quem possuía recursos e informação. Portanto, quem era pobre, analfabeto e sem terra continuou na mesma situação. Como desdobramentos da ocupação territorial da Microrregião de Pitanga, predominou a grande propriedade, refletindo na concentração de terras, visível até os dias atuais. Trata-se de uma situação muito diferente de outras regiões mais dinâmicas e desenvolvidas do Estado do Paraná em que a pequena propriedade familiar foi a tônica da ocupação. Enquanto países desenvolvidos apostaram na pequena propriedade familiar como modelo de desenvolvimento, no Brasil a opção foi o latifúndio. Trata-se de uma opção do Estado Brasileiro que afetou e continua afetando o desenvolvimento.

A segunda instituição “equivocada” do Estado Brasileiro está ligada ao que a literatura denomina de **modernização conservadora**⁹. Na década de 1950, o Brasil encontrava-se numa encruzilhada diante do processo de desenvolvimento urbano-industrial do país e entendia-se que a agricultura deveria desempenhar determinadas funções, tais como fornecer mão de obra para a indústria, fornecer alimentos abundantes e baratos, ser consumidora de insumos industriais e gerar divisas para exportação. Porém, a agricultura era considerada “atrasada”, retrato eternizado pela figura do “Jeca Tatu” e, portanto, não teria as condições necessárias para atender as funções mencionadas acima. Diante de tal panorama, seria preciso “modernizar” a agricultura. Neste contexto, o Estado Brasileiro optou por um processo de modernização de base tecnológica, sem interferir na estrutura fundiária, por isso a expressão “modernização conservadora”. A reforma agrária ficou em segundo plano e só foi retomada na segunda metade dos anos 1980 com o processo de redemocratização do país. Na Microrregião de Pitanga, houve políticas de reforma agrária entre os anos de 1988 e 2006, com a instalação de 17 assentamentos. A pergunta que se apresenta é a seguinte: de um ponto de vista macro estrutural do nosso desenvolvimento, o Brasil teria perdido a oportunidade histórica de fazer a reforma agrária?

Essa opção desdobrou na terceira instituição que interfere nas particularidades de desenvolvimento do país, que se refere ao **processo desigual das políticas de modernização da agricultura brasileira**, levadas a cabo durante as décadas de 1960 e 1970. De um modo geral, o conjunto das políticas de modernização da agricultura brasileira (pesquisa, extensão, crédito e seguro agrícola) foi seletivo em relação aos produtos (principalmente os exportáveis, como milho e soja), regiões (Centro-Sul) e produtores (os maiores e melhor estruturados). Assim, os impactos na Microrregião de Pitanga referem-se ao fato de que essas políticas não beneficiaram a população mais pobre, acirrando o processo de esvaziamento da região, principalmente da população mais jovem. Por outro lado, pequenos produtores que passaram a se dedicar a monocultivos, sobretudo de milho e soja, acabaram perdendo espaço devido à necessidade de ganhos de escala, o que acabou inviabilizando essas culturas em pequenas áreas.

Continuando a perspectiva histórica, em quarto lugar, destaca-se a “década perdida”, caracterizada pela **retirada do Estado das políticas de desenvolvimento para o meio rural** a partir dos anos 1980. Um dos principais

⁹ Ver Graziano da Silva (1982).

reflexos foi o desmantelamento dos serviços de extensão rural. No Estado do Paraná, a extensão rural é realizada pela EMATER (com escritórios em todos os municípios da Microrregião de Pitanga), entretanto, a sua estrutura é bastante reduzida, muitas vezes, as principais atividades acabam restritas à execução de tarefas burocráticas, por exemplo, a emissão da Declaração de Aptidão Agrícola (DAP), necessária para os agricultores acessarem as políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar (PRONAF) e Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Do ponto de vista produtivo, o principal foco da EMATER nesses municípios é a produção de leite, tendo grandes dificuldades operacionais e logísticas em atender produtores de plantas medicinais e do PAA, o que envolve uma vasta lista de produtos. O fato é que a diversidade produtiva, tão importante na manutenção da agricultura familiar, oferece um imenso desafio para a extensão rural pública, que não possui recursos humanos nem infraestrutura para atender tantos agricultores. Mais uma vez, trata-se de uma dificuldade tributária de uma opção do Estado Brasileiro feita num momento de crise da “década perdida”.

A quinta instituição refere-se às características das políticas de combate à pobreza. Historicamente predominou uma **perspectiva assistencialista nas políticas públicas de combate à pobreza**, com raízes nos anos 1990 e 2000, evidenciada na atualidade, com o Programa Bolsa Família. Entende-se que o programa é essencial do ponto de vista de promover uma pequena redistribuição de renda e os valores recebidos pelas famílias tornam-se fundamentais para a sua sobrevivência. Entretanto, há que se considerar qual é o impacto dessa política do ponto de vista da promoção do desenvolvimento. Trata-se da clássica questão, tão presente na linguagem popular, de “*dar o peixe e ensinar a pescar*”. Num dos municípios da Microrregião de Pitanga, observaram-se muitas dificuldades na implantação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. As pessoas estavam acostumadas “*a ganhar tudo da prefeitura*” e, “*no começo, muitos agricultores não queriam se cadastrar no PAA com medo de perder a Bolsa Família, foi preciso um trabalho com a Assistência Social que explicou que não teria problema, mesmo assim ficaram desconfiados e só depois que um participou e não aconteceu nada é que os outros começaram a participar*” (Entrevista 36, Coordenador Municipal do PAA, 18 de maio de 2011). Portanto, o Programa Fome Zero avançou consideravelmente na medida em que tenta associar ao Programa Bolsa Família ações de cunho estruturante como é o PAA, o que tem promovido outra perspectiva na ótica dos próprios beneficiários dos dois programas. “*O PAA é diferente do Bolsa Família, é uma valorização. Dá o produto primeiro e recebe depois*” (Entrevista 71, Agricultor Familiar, 16 de março de 2011). Isso demonstra muito bem a diferença entre as perspectivas dos dois programas, ou seja, o primeiro, de cunho mais assistencialista e o segundo, estruturante.

As cinco instituições anteriores são políticas (e decisões) nacionais que afetaram as características do desenvolvimento da Microrregião de Pitanga. Do ponto de vista do estado, destacam-se os **projetos de desenvolvimento do Estado do Paraná** que, historicamente, não focalizaram a região central do estado, orientando as suas ações, sobretudo no que se refere à infraestrutura em alguns pólos regionais que circundam a região central, por exemplo, Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu. Esse foi o caso do Projeto Paranaense de Desenvolvimento que fez investimentos em infraestrutura de transportes e energia a partir dos anos 1960, priorizando alguns pólos regionais. A região central ficou em segundo plano nesse processo. “*As políticas não eram para eles [população pobre da região central do Estado do Paraná]*” (Entrevista 83, Representante da Fundação

Econômica para o Desenvolvimento - RURECO, 31 de março de 2011). “*A região sempre foi esquecida, é só um coador, tudo passa e só ficam as migalhas pra nós*” (Entrevista 12, Representante da Associação dos Produtores Rurais de Palmital).

3.2 As particularidades institucionais da Microrregião de Pitanga

Do ponto de vista regional, entende-se que algumas instituições, interligadas em menor ou maior grau com as apresentadas anteriormente, afetam o desenvolvimento dos municípios da Microrregião de Pitanga, principalmente em relação à capacidade de geração de renda para os agricultores familiares pobres na sua participação nas diferentes dinâmicas de mercados para os seus produtos.

A primeira dessas instituições refere-se à **forma de ocupação das terras** na região central do Estado do Paraná, caracterizada por ser a última área a ser plenamente ocupada e em que predominaram as grandes propriedades. Relatos apontam que houve muitos casos de “grilagem” de terras, resultando em vários conflitos. Hoje, o resultado visível é a elevada concentração de terras. Em comparação com outras regiões do Estado como as regiões Oeste e Sudoeste, percebem-se grandes diferenças na sua dinâmica de desenvolvimento e a principal é que, nas últimas, prevaleceu um processo de ocupação baseada na pequena propriedade familiar. O fato é que a concentração de terras caminha *pari passu* com a pobreza.

A concentração de terras associada a atividades extrativistas dificulta ainda mais o processo de desenvolvimento, pois são atividades pouco dinâmicas no que se refere à geração de empregos e distribuição de renda. Portanto, a **tradição com pecuária extensiva** (bovinocultura de corte) é outra instituição que desafia o desenvolvimento dos municípios da Microrregião de Pitanga. Percebe-se que a mudança para a produção de leite (atualmente a principal alternativa de geração de renda para aproximadamente metade das famílias) ainda está “presa” aos processos de manejo, alimentação e genética da produção de carne. Portanto, a mudança deste tripé implica um conjunto de novas percepções e práticas por parte dos agricultores que pretendem tornar a atividade leiteira uma fonte de renda mais consistente, transformando os “*tiradores de leite*” em “*produtores de leite*”, conforme linguagem utilizada pelos extensionistas que trabalham com a atividade na região.

A terceira instituição característica da Microrregião de Pitanga refere-se aos **aspectos culturais** da população. A região central do Estado do Paraná foi a última a ser plenamente ocupada e isso concentrou nesse território uma população expropriada das outras regiões, os denominados caboclos. “*Há um processo de desaculturação da população que vive no centro do Paraná, pois 60% são caboclos que estão perdendo a sua identidade, gerando um sentimento de não pertencimento pelo choque cultural uma vez que as políticas não são para eles*” (Entrevista 83, Representante da RURECO, 31 de março de 2011). O fato é que essa população possui outra interpretação do significado de pobreza, calcada na noção de subsistência e não necessariamente no fator enriquecimento material como é característico de outras regiões colonizadas por descendentes de italianos e alemães. “*Pobre não. Meio pobre. Não estou passando fome, tenho para viver, mas não sobra*” (Entrevista 25, Agricultor familiar, 16 de maio de 2011). “*É como diz o ditado, pobre é quem não consegue sobreviver. Sou rico de saúde*” (Entrevista 79, Agricultura familiar, 29 de março de 2011). “*Pobre é quem não tem Deus*” (Entrevista 67, Agricultor familiar, 15 de março de 2011). “*Sou mais ou menos pobre. Tenho para viver, não passo fome,*

pois com terra produz” (Entrevista 69, Agricultor familiar assentado, 16 de março de 2011). *“Não sou pobre. Tenho saúde, casa, terra para trabalhar e não tenho dívidas. Não sou pobre, mas remediado. Dá para se manter*” (Entrevista 71, Agricultor familiar assentado, 16 de março de 2011). *“Meio pobre. Pobre é quem não tem como se virar. Deus dando saúde já não é mais pobre*” (Entrevista 24, Moradora da Vila Rural, 17 de maio de 2011). *“Não sou pobre. Pobre é quem é doente e não tem comida. Pobre é quem não tem nada. Aqui temos fartura de comida*” (Entrevista 30, Agricultor familiar assentado, 18 de maio de 2011). Essa concepção de pobreza entra em conflito com algumas interpretações dos extencionistas, para quem isso significa *“falta de ambição”* e dificulta a ampliação das atividades voltadas para a comercialização, predominando uma produção voltada para a subsistência com a comercialização de alguns excedentes.

O quarto destaque institucional deve-se ao **processo de integração e desintegração com agroindústrias**. O fato é que, num primeiro momento, há a tendência, por parte das agroindústrias, de adquirir toda a produção devido à demanda crescente pelos produtos, como a produção de leite e de plantas medicinais. Entretanto, conforme a história já demonstrou em relação a outros produtos¹⁰, com o tempo, ocorre uma exigência pelo aumento na escala de produção por diversos fatores como o aumento dos custos de produção, diminuição dos preços e logística de transporte. O resultado pode ser a inviabilização da produção em pequena escala, o que poderá excluir muitos agricultores familiares de alguns destes mercados.

Nessa linha, chega-se ao quinto fator, que poderá ser preocupante para o desenvolvimento rural da região. Trata-se da **“aposta generalizada” na produção de leite como principal estratégia de geração de renda** para as famílias. O fato é que, historicamente, uma das principais características da agricultura familiar é a produção diversificada. O mercado de leite apresenta-se atualmente como uma importante alternativa, considerando as características da região e a demanda pelo produto. No entanto, conforme se destacou anteriormente, fatalmente esse mercado caminhará para a exigência de aumento de escala, já verificado em outras regiões do Estado do Paraná em que esta produção está mais consolidada. A tendência histórica de queda dos preços pagos pelo litro de leite também já foi verificada. Assim, aumentar a escala implicará aumento dos custos de produção e, mais uma vez, poderá levar à inviabilização da produção em pequena escala. Entende-se que a produção e comercialização de leite é uma alternativa importante para o desenvolvimento rural dos municípios da Microrregião de Pitanga, entretanto esta estratégia deverá ser pensada num contexto que contemple maior diversidade produtiva voltada para comercialização, fato já percebido uma vez que muitos dos agricultores entrevistados nessa pesquisa participam ativamente em várias dinâmicas de mercado, apesar de contar com assistência técnica pública somente para a produção de leite. A tendência pela monocultura ainda é um resquício institucional da Revolução Verde com a qual as novas dinâmicas de desenvolvimento rural ainda se debatem

A sexta instituição refere-se à **dificuldade com os procedimentos burocráticos**, sobretudo nos novos mercados criados através das políticas públicas e que exigem diversos requisitos como documentação pessoal e da propriedade, necessária para a obtenção de crédito, via PRONAF, bem como para acessar o Programa Aquisição de Alimentos; além disso, a emissão da Declaração de Aptidão Agrícola e possuir conta bancária são etapas indispensáveis. A exigência de

¹⁰ Como por exemplo, na produção de suínos no Oeste de Santa Catarina (PLEIN, 2003) e mesmo a produção de milho e soja nos municípios da Microrregião de Pitanga (PLEIN, 2012).

organização social, via associações ou cooperativas, bem como a necessidade de elaboração de projetos para acessar determinadas modalidades do PAA impõem algumas restrições, considerando o baixo nível de escolaridade da população que vive no meio rural e a falta de documentação básica, seja pessoal ou referente à propriedade. Esse conjunto de fatores resulta em dificuldades nos procedimentos burocráticos necessários.

Por último ressalta-se a instituição que pode ser denominada de **capital social do território**, mais especificamente, os aspectos organizacionais dos agricultores. O fato de uma das exigências do PAA ser a organização social dos agricultores para acessar o programa, através de associações ou cooperativas, é um elemento importante do ponto de vista do desenvolvimento. Porém, na pesquisa de campo, percebe-se uma grande diferença entre os municípios em que a organização social surgiu da exigência do edital e naqueles em que já existia uma organização anterior à criação do PAA. Os agricultores que já estavam organizados conseguiram resultados muito mais significativos – como o acessando as modalidades do PAA CONAB e entregando a sua produção em outros municípios do Estado do Paraná. Uma situação bem diferente dos agricultores que se organizaram por exigência do edital e sua demanda acabou ficando restrita ao município, o que limita consideravelmente a quantidade de agricultores que podem se beneficiar da política pública. Isso talvez seja um indicativo de que existe uma grande dificuldade em criar capital social, porém, o mesmo pode ser potencializado.

Portanto, quais são as instituições da pobreza? Com base no exposto, pode-se dizer que existe uma matriz institucional (Figura 02) que pode explicar porque, historicamente, a Microrregião de Pitanga está entre as mais pobres do Estado do Paraná.

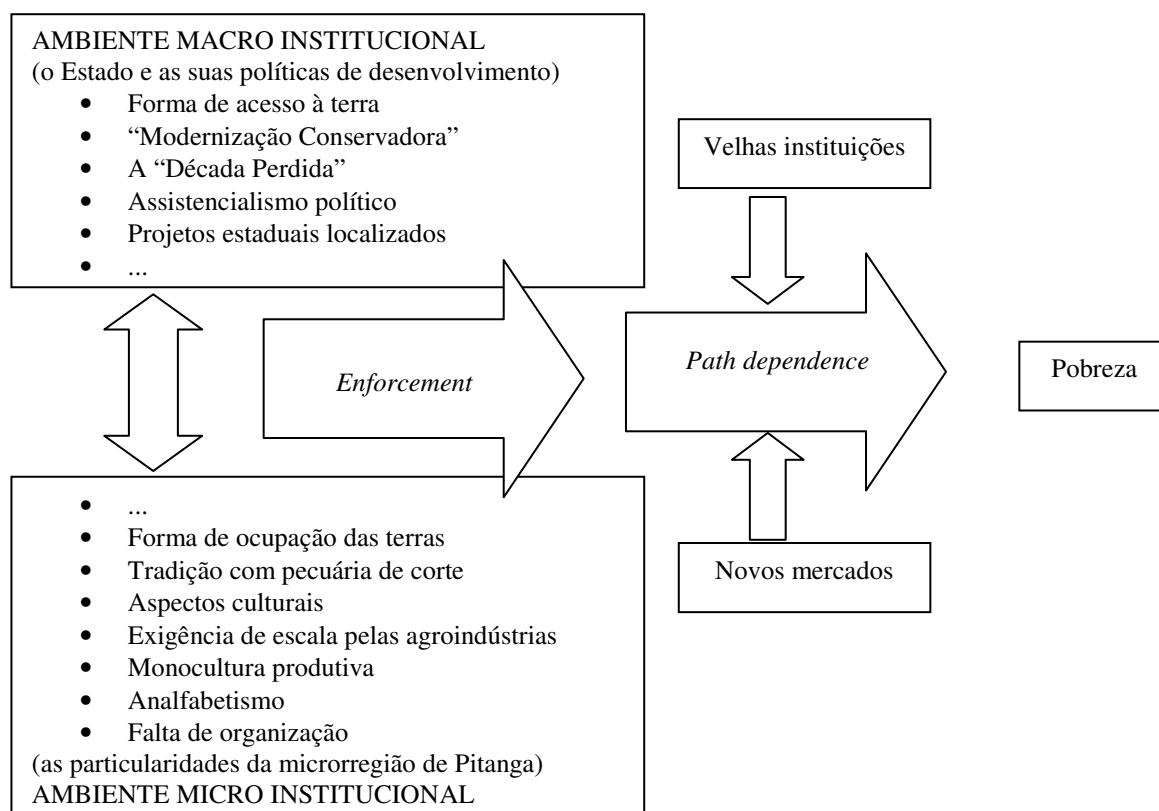


Figura 02 - Elementos da matriz institucional da pobreza dos municípios da Microrregião de Pitanga

Fonte: Elaboração do autor, 2012.

De modo geral, os elementos explicativos da pobreza histórica que afeta os municípios em estudo estão associados ao enfoque das políticas de desenvolvimento adotadas pelo Brasil, cuja instituição mais antiga remonta à forma como se dá o acesso a terra, que privilegia o latifúndio desde o processo de colonização. Esta instituição se reproduz em todo o território nacional e não se desfaz com o processo de modernização da agricultura, que reitera os privilégios às grandes propriedades numa modernização da base tecnológica sem afetar a estrutura fundiária do país. Do ponto de vista estadual, conforme se adiantou, destaca-se o fato de que os projetos de desenvolvimento do Estado do Paraná, implantados desde a década de 1960, não tiveram como foco a região central e privilegiaram outras regiões. Por outro lado, além de um conjunto de instituições resultantes do ambiente macro institucional, ressaltam-se as particularidades da Microrregião de Pitanga. Fatores como a predominância de grandes propriedades com criação extensiva de gado de corte, os aspectos culturais, o analfabetismo e a falta de organização compõe um ambiente micro institucional. Por fim, o panorama que se vislumbra diante das mudanças institucionais que criam novas oportunidades de comercialização para a agricultura familiar, a partir das décadas de 1990 e 2000, é um choque entre os novos mercados e as velhas instituições que acabam reproduzindo as condições históricas de pobreza.

Considerações Finais

Neste artigo, a proposição era fazer uma análise comparada dos mercados acessados por agricultores familiares pobres a fim de identificar as instituições que poderiam explicar a persistência histórica da pobreza rural nos municípios da Microrregião de Pitanga, à luz das contribuições da abordagem institucional de Douglass North.

Os resultados obtidos permitem dizer que, apesar das novas possibilidades de comercialização que promoveram uma mudança institucional, como a criação dos novos mercados a partir da década de 1990 (leite e plantas medicinais) e 2000 (Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar), persiste um conjunto de instituições que caracterizam a “pobreza” das formas de inserção mercantil, tais como questões de gênero, analfabetismo, assistencialismo político, aspectos culturais voltados unicamente à produção de subsistência, tradição com bovinocultura de corte e monoculturas, a não valorização da pequena produção diversificada e a fragilidade das relações de poder quando os agricultores não estão organizados.

Estes aspectos – observados a partir da análise institucional comparada dos mercados – estão inseridos num processo histórico maior, que permite compreender a pobreza dos municípios da Microrregião de Pitanga, ou seja, o ambiente macroinstitucional representado pelo Estado e suas políticas de desenvolvimento desde os tempos da colonização. Nesse sentido, a forma desigual de acesso a terra é a instituição mais emblemática, que retroalimenta as desigualdades sociais no decorrer da história.

Referências

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil lúmpen e místico**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **O poder do atraso: ensaios de sociologia e história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

NORTH, Douglass Cecil. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, Pittsburgh, v. 5, n. 1, p. 97-112, Winter 1991.

_____. Economic performance through time. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v. 84, n. 3, p. 359-368, Jun. 1994.

_____. **Understanding the process of economic change**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

PLEIN, Clério. **Os mercados da pobreza ou a pobreza dos mercados? as instituições no processo de mercantilização da agricultura familiar na Microrregião de Pitanga, Paraná**. 2012. 266f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

_____. **As metamorfoses da agricultura familiar: o caso do município de Iporã d' Oeste, Santa Catarina**. 2003. 156f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

VEJA. **Entrevista: Douglass North**. São Paulo, n. 1830, p. 11-15, 26 nov. 2003.

Submetido em 13/02/2014.

Aprovado em 04/05/2014.

Sobre o autor

Clério Plein

Doutor em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), professor e pesquisador da UNIOESTE/Campus Francisco Beltrão, Paraná. Bolsista CAPES (PDEE) durante a realização do estágio no Exterior na Universidade de Coimbra, Portugal (julho-dezembro de 2011). Bolsista CAPES (PDEE) durante a realização do estágio no exterior (Universidade de Coimbra, Portugal).

E-mail: clerioplein@ig.com.br / cleriop@yahoo.com